

## ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO

### CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, FINS E SEDE

**Art. 1º** - A ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO é uma associação de direito privado, registrada no CNPJ sob o nº 36.566.500/0001-32, sem fins lucrativos ou econômicos, fundada em 15/01/2020 e tem por finalidade realizar atividades de educação.

**§1º** - É vedada a distribuição entre os associados/sócios, conselheiros, diretores, empregados, instituidores, benfeitores, doadores ou terceiros, sob qualquer título, forma ou pretexto, de eventuais excedentes financeiros ou operacionais brutos ou líquidos, resultados, sobras, dividendos, isenções de qualquer natureza, bonificações, bens, participações ou parcelas da sua renda ou do seu patrimônio bruto ou líquido, inclusive os auferidos mediante o exercício de suas atividades e, na hipótese de prestação de serviços a terceiros, públicos ou privados, com ou sem cessão de mão de obra, não transfiram a esses terceiros os benefícios relativos à imunidade prevista no § 7º do art. 195 da Constituição Federal.

**§2º** - A vedação indicada no parágrafo anterior se aplica em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada, afastamento ou falecimento de associado ou membro da entidade.

**§3º** - Os excedentes financeiros ou operacionais, rendas, recursos, eventual superávit e todos os demais valores indicados no §1º devem ser aplicados pela ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO integralmente no território nacional, no desenvolvimento das próprias atividades, manutenção, desenvolvimento e consecução do seu objeto/objetivos institucionais/sociais, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva.

**§4º** - Os dirigentes estatutários, conselheiros, sócios, associados, instituidores ou benfeitores da entidade não receberão remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos/Estatuto da entidade.

**§5º** - Nos termos da Lei Complementar 187/21, o disposto no §4º não impede a remuneração dos dirigentes estatutários e não estatutários, desde que atendidas as condições legais.



**Art. 2º** - A ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO tem sede na Rua Josafá Belo, nº 88, bairro Cidade Jardim, CEP: 30.380-100 na cidade de Belo Horizonte/MG, sendo indeterminado o seu tempo de duração.

**§1º** - A ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO poderá estender a sua base de atuação para outros municípios do território nacional para o exercício de suas atividades, inclusive por meio de filiais, programas ou projetos.

**§2º** - A fim de cumprir suas finalidades, a ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO se organizará em tantas unidades de prestação de serviços quanto se fizerem necessárias, as quais poderão ser regidas por regimentos internos específicos.

**Art. 3º** - A finalidade da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO é promover o desenvolvimento profissional de educadores brasileiros, partindo de três grandes pilares:

**I** – Formação de professores e gestores de escolas: realização de trilhas formativas diversas (tais como cursos de longa, média e curta duração, congressos, seminários, palestras e demais formatos possíveis) sobre valores, conceitos, conteúdos e metodologias relevantes para sua atuação profissional e para a educação brasileira;

**II** – Produção e disseminação de conteúdos e materiais pedagógicos: elaboração de conteúdo e materiais de referência que serão disponibilizados para o uso de redes de ensino, incluindo técnicos de secretarias de educação, gestores, educadores e estudantes de escolas, que traduzem conhecimentos contemporâneos em educação e dialogam com os documentos oficiais e pesquisas educacionais sobre temas relevantes;

**III** – Pesquisa: produção de conhecimento educacional relevante, para disponibilizar à sociedade e fundamentar as ações de formação de gestores educacionais e professores escolares participantes de programas desenvolvidos pela ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO.

**§1º** - Para o cumprimento de suas finalidades, aplicação de recursos públicos e gestão de bens públicos, a ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, razoabilidade e eficiência, devendo realizar:

**I** – promoção da educação;

**II** – coordenação, execução, de forma isolada ou em parceria, e apoio a programas, projetos e ações educacionais que promovam o desenvolvimento profissional de



educadores brasileiros e contribuam para o aprimoramento da qualidade da educação do país;

**III** – desenvolvimento de programas de bolsas de estudos e/ou pesquisas;

**IV** – participação em conselhos, comissões e órgãos de atuação direta ou indireta na educação;

**V** – organização, divulgação, execução e apoio de congressos, workshops, seminários e eventos similares na área da educação e em consonância com os demais objetivos e pilares da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO;

**VI** – estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo;

**VII** – desenvolvimento, organização, apoio, divulgação e execução de atividades, projetos, ações e atos voltados para a área da educação, bem como com vistas aos demais objetivos sociais da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO e seus princípios norteadores;

**IX** – promoção da educação básica e da educação superior.

**§2º** - No exercício de suas atividades, a Associação não fará distinções de gênero, orientação sexual, cor, etnia, religião, condição social, posicionamento político ou quaisquer outras que se mostrem discriminatórias.

**Art. 4º** - Para cumprir seus objetivos, a ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO poderá firmar convênios, acordos, termos de fomento/colaboração, contratos públicos ou privados em geral e estabelecer intercâmbios, promovendo iniciativas conjuntas com outras instituições públicas e/ou privadas, nacionais e internacionais, realizar parcerias com a Administração Pública, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades públicas, assim como realizar execução direta de apresentações, projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio de recursos físicos, humanos e financeiros obtidos por qualquer forma, inclusive doações, patrocínios, locações, royalties, licenciamento e/ou cessão de direitos de software ou de qualquer outro tipo de Propriedade Intelectual, frete, transporte, taxas de administração e/ou captação e cessões, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações com ou sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins, além de prestar serviços, inclusive de gestão administrativa/financeira de projetos próprios ou de terceiros, realizar cessão de suas instalações de forma total ou parcial,



locação de bens próprios ou de terceiros, exploração de bilheteria, aquisição e comercialização de bens e produtos, atividades de ensino/capacitação, inclusive promover ou participar de cursos, seminários, workshops, congressos, palestras e outras formas de ensino, pesquisar, produzir, editar, publicar, divulgar, distribuir e comercializar livros, revistas e periódicos, materiais didáticos, vídeos, filmes, fotos, CDs e outras mídias físicas, digitais ou online, realizar a distribuição de prêmios, mediante sorteios, vale-brindes, concursos ou operações assemelhadas, realizar captação de recursos, praticar quaisquer atividades lícitas voltadas a educação, dentre outras fontes de receita que considerar pertinentes, devendo as receitas serem integralmente para o desempenho das finalidades da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO.

**Parágrafo único** - É vedada a participação da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO em campanhas de interesse político-partidário ou eleitorais, sob quaisquer meios ou formas.

## **CAPÍTULO II – DA CONSTITUIÇÃO SOCIAL**

**Art. 5º** - Poderão ser admitidos como associados da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO pessoas físicas ou jurídicas, mediante análise da Assembleia Geral, considerado o currículo individual do candidato no desenvolvimento de ações relacionadas às finalidades da entidade.

**§1º** – A proposta de associação deverá ser submetida à Assembleia Geral por escrito, acompanhada dos dados pessoais do candidato e de seu currículo.

**§2º** – Não haverá, para admissão no quadro de associados da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO, qualquer distinção ou discriminação de nacionalidade, gênero, sexo, cor, etnia, orientação sexual, opinião política ou religiosa, sendo vedada a recusa fundamentada em qualquer forma de preconceito.

**§3º** – Da decisão da Assembleia Geral sobre a candidatura não caberá recurso.

**§4º** – Os associados poderão ou não realizar contribuições financeiras em prol da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO, conforme definido pela Assembleia Geral.

**§5º** – É permitida a remuneração de associados da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO que venham a realizar, efetivamente, trabalho específico em prol dos objetivos da entidade, respeitados os valores praticados pelo mercado na região onde forem exercidas as atividades e observado o disposto neste Estatuto e nas demais normas internas da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO.



**Art. 6º** - Deixará de fazer parte do quadro social da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO o associado que:

- I** - solicitar sua demissão, que deverá ser comunicada por escrito à Diretoria Executiva;
- II** - cometer infração grave que configure justa causa relevante para a exclusão da condição de associado.

**§1º** – A proposta de exclusão da condição de associado pode ser apresentada por qualquer associado à Diretoria Executiva, que julgará pelo desligamento ou não do associado, sendo cabível recurso à Assembleia Geral contra a decisão da Diretoria Executiva.

**§2º** – O procedimento específico de exclusão de associado será regulamentado no Regimento Interno, sendo assegurados direito de defesa e de recurso.

**§3º** – O associado que deixar de fazer parte do quadro social da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO, por qualquer motivo, não terá direito de reaver eventuais valores de contribuições, mensalidades ou doações que porventura tenha realizado.

**Art. 7º** - São direitos dos associados quites com suas obrigações sociais:

- I** – votar na Assembleia Geral;
- II** - ser votado para ocupar cargo na Diretoria Executiva;
- III** – apresentar proposta de exclusão de outros associados nos termos do artigo 6º, II e §1º;
- IV** – propor à Diretoria Executiva ou à Assembleia Geral medidas de interesse social.

**Parágrafo único** – Será garantido a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promover convocação de Assembleia Geral ou de reunião do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal nos termos dos artigos 12, 17, §5º e 26, §5º.

**Art. 8º** - São deveres dos associados:

- I** - colaborar para a concretização das finalidades da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO;
- II** - obedecer a este Estatuto Social, ao Regimento Interno e às deliberações do Conselho Deliberativo e da Diretoria Executiva;
- III** - zelar pelo bom conceito da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO e pela salvaguarda de seu patrimônio.



**Art. 9º** - Nenhum dos associados da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO responde solidária ou subsidiariamente pelas obrigações sociais da associação.

### **CAPÍTULO III – DA ORGANIZAÇÃO**

**Art. 10** - A ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO é composta pelos seguintes órgãos:

**I** – Assembleia Geral;

**II** – Conselho Deliberativo;

**III** – Conselho Fiscal;

**IV** – Diretoria Executiva.

**§1º** – As regras procedimentais para funcionamento dos órgãos deverão ser regulamentadas em Regimento Interno.

**§2º** – As reuniões dos órgãos da associação poderão ocorrer de forma presencial ou remota/virtual/por meios eletrônicos.

**§3º** - Os órgãos da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO poderão realizar reuniões conjuntas redigidas em uma única ata. Quando a reunião conjunta envolver Assembleia Geral, esta deverá convocada na forma do art. 13 do presente Estatuto Social.

**Art. 11** - Os dirigentes não são pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO e em virtude de ato regular de gestão; respondem, porém, civil e criminalmente, pelos prejuízos que causarem, quando procederem:

**I** – dentro de suas atribuições ou poderes, com culpa ou dolo;

**II** – com violação da lei, do Estatuto Social ou do Regimento Interno;

**III** – com desvio de finalidade, assim entendido como a utilização dolosa da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza;

**IV** – de modo a gerar confusão patrimonial, assim entendida como a ausência de separação de fato entre os patrimônios da entidade e o de associados ou administradores.

**Parágrafo único** - Os dirigentes, estatutários ou não, não respondem, direta ou subsidiariamente, pelas obrigações fiscais da entidade, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.



## SEÇÃO I – DA ASSEMBLEIA GERAL

**Art. 12** - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente sempre que convocada pelo Presidente do Conselho Deliberativo, pelo Diretor Presidente, pelo Presidente do Conselho Fiscal ou por 1/5 (um quinto) dos associados.

**Art. 13** - A Assembleia Geral será convocada com prazo mínimo de 02 (dois) dias de antecedência, mediante comunicação por escrito aos associados por qualquer meio hábil.

**Parágrafo único** – Será considerado meio hábil qualquer canal de comunicação online ou offline, tais como carta registrada, aplicativos de comunicação, e-mail e outros.

**Art. 14** - A Assembleia Geral será instalada e conduzida pelo Diretor Presidente da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO, desde que presentes em primeira chamada ao menos 1/3 (um terço) dos associados e com qualquer número em segunda chamada, meia hora depois, exceto nos casos em que este Estatuto Social exigir número diferente.

**§1º** – Os associados ausentes poderão ser representados por procuradores, por meio de instrumento de mandato contendo expressamente todos os poderes delegados.

**§2º** – Todas as decisões da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples dos associados presentes com direito a voto, exceto nos casos em que este Estatuto Social exigir número diferente.

**Art. 15** - A Assembleia Geral somente poderá deliberar sobre os assuntos para os quais for convocada.

**Parágrafo único** – No caso de deliberação referente a proposta de destituição de membros do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal ou da Diretoria Executiva, de alterações estatutárias ou de extinção da entidade, deverá ser promovida Assembleia Geral convocada especialmente para esses fins.

**Art. 16** - Compete à Assembleia Geral:

**I** – eleger e destituir os membros do Conselho Deliberativo;

**II** – eleger e destituir os membros do Conselho Fiscal;

**III** - eleger e destituir os membros da Diretoria Executiva;



**IV** – deliberar sobre aprovação de balanço patrimonial, prestação de contas anuais, relatório anual de atividades, pareceres do Conselho Fiscal sobre as operações patrimoniais e relatórios de desempenho financeiro e contábil da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO;

**V** - deliberar quanto a proposta de doação, venda ou imposição de gravames aos bens da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO que tenham valor superior a 10 (dez) salários-mínimos, mediante encaminhamento de parecer favorável pelo Conselho Fiscal, nos termos do artigo 27, IV;

**VI** - deliberar quanto à extinção da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO, nos termos do artigo 31;

**VII** - definir Plano de Cargos e Salários, fixando a remuneração dos Diretores e dos funcionários da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO, nos termos do artigo 25;

**VIII** - deliberar sobre outras matérias de interesse da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO.

**IX** - aprovar o Regimento Interno e Regulamento de Compras e Contratações da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO;

**X** – deliberar sobre abertura e fechamento de filiais

**XI** - deliberar sobre alterações estatutárias, nos termos do artigo 33;

**XII** – definir sobre a instituição e valores das contribuições associativas.

**Parágrafo único** - As regras procedimentais para destituição de membros do Conselho Deliberativo ou da Diretoria Executiva deverão ser regulamentadas em Regimento Interno.

## SEÇÃO II – DO CONSELHO DELIBERATIVO

**Art. 17** - O Conselho Deliberativo é órgão deliberativo constituído por até 05 (cinco) membros, denominados Conselheiros Deliberativos.

**§1º** - Os cargos do Conselho Deliberativo deverão ser ocupados por associados da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO, com a participação de até 02 (dois) membros não associados da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO.

**§2º** - Um dos membros eleitos será indicado pelos demais conselheiros para presidir o Conselho Deliberativo.

**§3º** - O mandato dos membros do Conselho Deliberativo será de 02 (dois) anos, sendo permitidas reconduções sucessivas ou alternadas.



§4º - As deliberações do Conselho Deliberativo deverão ser registradas em atas de suas reuniões.

§5º - O Conselho Deliberativo se reunirá sempre que necessário, mediante convocação do Diretor Presidente, do Presidente do Conselho ou de 1/5 (um quinto) dos associados.

§6º - As decisões do Conselho Deliberativo deverão ter o voto favorável da maioria simples de seus membros para sua aprovação.

§7º - Os Conselheiros eventualmente eleitos ou indicados para integrar a Diretoria Executiva da entidade devem renunciar ao cargo no Conselho Deliberativo.

§8º - O mandato de Conselheiro será automaticamente prorrogado se, na data do seu vencimento, ainda não tiver havido registro no cartório competente de ata de reeleição ou eleição de novo membro para o cargo. No caso, a prorrogação terá validade até a data de registro da ata pelo cartório.

§9º - A prorrogação indicada no parágrafo acima não será aplicada caso contrarie legislação de título ou certificado, à qual a entidade esteja eventualmente sujeita, que estabeleça limitação de duração de mandato.

§10º - Os cargos de Conselheiros do Conselho Deliberativo serão exercidos em caráter voluntário, não fazendo jus os Conselheiros a nenhum tipo de remuneração pela função exercida em virtude do presente Estatuto Social.

**Art. 18 - Compete ao Conselho Deliberativo:**

**I** - garantir a atuação da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO no cumprimento de seus objetivos, bem como definir políticas, diretrizes e linhas de atuação;

**II** - fiscalizar os atos da Diretoria Executiva, verificando o cumprimento de seus deveres legais e estatutários;

**III** - convocar Assembleia Geral, nos termos do artigo 12;

**V** – auxiliar na identificação de oportunidades de atuação da associação, dentro de seus objetivos, bem como elaborar o mapeamento de riscos e oportunidades dessas oportunidades a fim de garantir uma boa atuação da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO;

**VI** – se responsabilizar pela formulação e supervisão das diretrizes políticas, administrativas e financeiras de atuação da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO;

**VII** - deliberar sobre plano de trabalho e proposta orçamentária anual da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO apresentados pela Diretoria Executiva;



**VIII** - supervisionar os programas, projetos e ações que serão coordenados, executados, apoiados ou patrocinados pela ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO;

**IX** – instituir, caso necessário, Comitês de Assessoramento para apoiar o Conselho Deliberativo em decisões estratégicas, que poderão contar com a participação de especialistas contratados;

**X** – atuar no mapeamento de riscos e oportunidades e no direcionamento estratégico das atividades para longevidade da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO.

**XI** – analisar o relatório anual de atividades apresentado pela Diretoria Executiva, encaminhando o seu parecer à Assembleia Geral, a quem caberá a aprovação final nos termos do art. 16, IV;

**XII** - efetivar a doação, venda ou imposição de gravames aos bens da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO, sendo que, para bens de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, deve haver autorização pela Assembleia Geral, que se manifestará mediante encaminhamento, pelo Conselho Fiscal, de proposta detalhada e exposição de motivos, nos termos dos artigos 16, V e 20, IV.

### SEÇÃO III – DA DIRETORIA EXECUTIVA

**Art. 19** - A Diretoria Executiva é órgão executivo de direção da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO, constituído por 2 (dois) a 6 (seis) Diretores, sendo um Diretor Presidente e os demais Diretores sem designação específica.

**§1º** – O mandato dos membros da Diretoria Executiva é de 02 (dois) anos, sendo permitidas reconduções sucessivas ou alternadas.

**§2º** – Verificando-se vaga na Diretoria Executiva, a Assembleia Geral indicará um substituto para o cargo.

**§3º** – As normas de funcionamento da Diretoria Executiva serão estabelecidas no Regimento Interno.

**§4º** – Obrigam a entidade os atos dos Diretores, desde que exercidos nos limites de seus poderes definidos neste Estatuto Social e no Regimento Interno.

**§5º** – Os cargos da Diretoria Executiva poderão ser ocupados por pessoas que não sejam associados da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO.

**§6º** - O mandato de Diretor será automaticamente prorrogado se, na data do seu vencimento, ainda não tiver havido registro no cartório competente de ata de reeleição



ou eleição de novo membro para o cargo. No caso, a prorrogação terá validade até a data de registro da ata pelo cartório.

§7º - A prorrogação indicada no parágrafo acima não será aplicada caso contrarie legislação de título ou certificado, à qual a entidade esteja eventualmente sujeita, que estabeleça limitação de duração de mandato.

**Art. 20 - Compete à Diretoria Executiva:**

- I -** Dirigir as atividades da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO, segundo as diretrizes da Assembleia Geral e do Conselho Deliberativo;
- II -** responsabilizar-se pela execução dos projetos e atividades propostos, apresentando ao Conselho Deliberativo proposta de resoluções que definam o programa de trabalho e o orçamento anual da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO;
- III -** elaborar e apresentar relatórios trimestrais e anual que subsidiem as atividades do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal;
- IV -** adotar e estabelecer, para todos os órgãos da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO, práticas de gestão administrativa necessárias e suficientes para coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais em decorrência da participação no processo decisório e nas atividades da pessoa jurídica;
- V -** reunir-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- VI -** deliberar quanto à aceitação de legados, subvenções e doações condicionadas ou que possam acarretar encargos à ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO;
- VII -** efetivar a compra de bens necessários ao funcionamento da entidade;
- VIII -** fazer a movimentação bancária, mediante emissão, assinatura e endosso de cheques e de outros papéis/autorizações usuais em operações desta natureza, nos termos do presente Estatuto;
- IX -** Envidar esforços para captação de recursos para execução da finalidade da entidade;
- X -** dirigir todo o expediente administrativo e responsabilizar-se pelas demais atividades relativas à gestão interna da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO;
- XI -** Liderar, apoiar e acompanhar a implementação dos programas pelos profissionais da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO.

**Art. 21 - Compete ao Diretor Presidente:**



- I** – representar a ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- II** – cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e o Regimento Interno;
- III** – convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- IV** – autorizar despesas e promover o pagamento de obrigações em conjunto com um Diretor sem designação específica;
- V** – responsabilizar-se pelas ações de relacionamento interno e externo da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO;
- VI** – assinar termos de colaboração/fomento, acordos, convênios, contratos públicos e privados em geral e demais instrumentos congêneres;
- VII** – outorgar procurações em nome da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO, desde que necessário para a efetivação dos trabalhos da entidade, e observado o disposto no artigo 23, IV;
- VIII** – contratar e demitir funcionários;
- IX** – deliberar sobre as demais questões executivas de interesse da entidade.

**Parágrafo único** – No caso de ausência temporária do Diretor Presidente, este indicará formalmente outro membro da Diretoria Executiva como seu substituto pelo período em que estiver ausente. Na impossibilidade de indicação pelo Diretor Presidente, o substituto será indicado, dentre os membros da Diretoria Executiva, pela Assembleia Geral.

**Art. 22** - Compete a cada um dos Diretores sem designação específica, isoladamente:

- I** - arrecadar e contabilizar eventuais rendas obtidas nos termos do artigo 30, mantendo em dia a escrituração da entidade;
- II** – fazer a movimentação financeira da entidade, em conjunto com o Diretor Presidente;
- III** - apresentar relatórios de receitas e despesas, quando forem solicitados;
- IV** - apresentar ao Conselho Fiscal a escrituração da entidade, incluindo os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas;
- V** - conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à área financeira da entidade;
- VI** - manter o numerário em instituição financeira;
- VII** – propor, organizar, contratar e gerenciar os quadros funcionais da entidade, em conjunto com o Diretor Presidente;



- VIII – responsabilizar-se pela normatização dos processos de funcionamento interno da entidade;
- IX – responsabilizar-se pelas demais atividades relativas à gestão interna da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO;
- X – responsabilizar-se pela prestação de contas financeira da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO.
- XI – planejar e coordenar as ações envolvendo as atividades fim da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO;
- XII - responsabilizar-se pelo desenvolvimento da parte operacional da execução de projetos e atividades da entidade, buscando, inclusive, os serviços de terceiros necessários para esse fim;
- XIII – gerir as informações referentes aos indicadores e metas de convênios, termos de fomento/colaboração e demais instrumentos que venham a ser celebrados com o poder público ou com instituições privadas, responsabilizando-se pelo controle da documentação comprobatória e da elaboração dos relatórios de prestação de contas de resultados;
- XIV – estabelecer relações com instituições direta ou indiretamente envolvidas em promover, fomentar, financiar e/ou incentivar, por qualquer forma, atividades relativas às suas finalidades e objetivos sociais;
- XV – propor parcerias e projetos de captação junto a empresas, órgãos públicos e/ou privados, instituições filantrópicas e entidades similares, nos âmbitos nacional e internacional, visando inclusive estabelecer relações que propiciem a mobilização dos recursos necessários à efetivação dos projetos desenvolvidos pela ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO;
- XVI – estabelecer intercâmbio com grupos, indivíduos, parceiros, empresas, órgãos públicos e a ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO, buscando a articulação entre os segmentos, direta ou indiretamente, envolvidos nas atividades da entidade;
- XVII - desenvolver ações integradas aos projetos;
- XVIII - gerir canais de parcerias;
- XIX - atender a empresas patrocinadoras e parceiras;
- XX - realizar a comunicação integrada, divulgação da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO, de seus trabalhos, projetos e abertura de novas frentes de trabalho.



**Art. 23** - Compete e ao Diretor Presidente e em conjunto com pelo menos um dos Diretores sem designação específica:

**I** - abrir e movimentar contas bancárias;

**II** - requisitar e emitir cheques e autorizar pagamentos ou transferências de valores;

**III** - autorizar aplicações financeiras;

**IV** - outorgar procurações relacionadas a movimentações financeiras, questões patrimoniais ou que gerem obrigações financeiras a serem assumidas pela ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO;

**V** - endossar cheques e ordens de pagamentos do país ou do exterior, para depósito em conta bancária da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO;

**VI** - celebrar termos, convênios, contratos, títulos de crédito ou quaisquer documentos que impliquem em obrigações financeiras ou patrimoniais a serem assumidas pela ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO.

**Art. 24** - É vedada à ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO a prestação de avais ou fianças.

**Art. 25** - A remuneração a ser percebida pelos Diretores/dirigentes, administradores, gerentes, empregados e prestadores de serviços da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO deverá ser limitada aos valores praticados no mercado, na região correspondente à sua área de atuação, além de observar as demais condições e limitações eventualmente previstas na legislação e neste Estatuto.

**Parágrafo único** - Os dirigentes estatutários e não estatutários da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva, observados os requisitos da legislação aplicável.

#### SEÇÃO IV – DO CONSELHO FISCAL

**Art. 26** - O Conselho Fiscal é órgão de fiscalização constituído por até 03 (três) membros, denominados Conselheiros Fiscais.

**§1º** - Os cargos do Conselho Fiscal poderão ser ocupados por pessoas que não sejam associados da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO.

**§2º** - Um dos membros eleitos será indicado pelos demais conselheiros para presidir o Conselho Fiscal.



§3º - O mandato dos membros do Conselho Fiscal será de 02 (dois) anos, sendo permitidas reconduções sucessivas ou alternadas.

§4º - As deliberações do Conselho Fiscal deverão ser registradas em atas de suas reuniões.

§5º - O Conselho Fiscal se reunirá sempre que necessário, mediante convocação do Diretor Presidente, do Presidente do Conselho ou de 1/5 (um quinto) dos associados.

§6º - As decisões do Conselho Fiscal deverão ter o voto favorável da maioria simples de seus membros para sua aprovação.

§7º - Os Conselheiros eventualmente eleitos ou indicados para integrar a Diretoria Executiva da entidade devem renunciar ao cargo no Conselho Fiscal.

§8º - O mandato de Conselheiro será automaticamente prorrogado se, na data do seu vencimento, ainda não tiver havido registro no cartório competente de ata de reeleição ou eleição de novo membro para o cargo. No caso, a prorrogação terá validade até a data de registro da ata pelo cartório.

§9º - A prorrogação indicada no parágrafo acima não será aplicada caso contrarie legislação de título ou certificado, à qual a entidade esteja eventualmente sujeita, que estabeleça limitação de duração de mandato.

#### **Art. 27 - Compete ao Conselho Fiscal:**

I – opinar e emitir pareceres, inclusive para a Assembleia Geral, sobre relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, podendo, para tanto, determinar à Diretoria Executiva que providencie o apoio de técnicos especializados;

II - acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes;

III - requisitar à Diretoria Executiva, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela entidade;

IV – emitir parecer quanto a proposta de doação, venda ou imposição de gravames aos bens da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO que tenham valor superior a 20 (vinte) salários mínimos e encaminhá-lo à Assembleia Geral para deliberação;

V - examinar os livros de escrituração da entidade;

VI - zelar pela observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade na prestação de contas e atos correlatos da entidade.

#### **CAPÍTULO IV – DA PUBLICIDADE DOS ATOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS**



**Art. 28** - A contabilidade, escrituração e a prestação de contas da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO observarão:

**I** - Os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade, sendo obrigatório manter escrituração contábil regular completa, que registre as receitas, custos e despesas em livros revestidos das formalidades capazes de assegurar sua exatidão, em atendimento às Normas Brasileiras de Contabilidade, bem como o registro / aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas do Conselho Federal de Contabilidade e com a legislação fiscal em vigor;

**II** - a publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, do relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS/Previdência Social e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão;

**III** - a realização de auditoria interna e, se for o caso, também por auditores externos independentes, da aplicação de eventuais recursos que sejam objeto ou vinculados a termos de parceria ou contratos de gestão, observadas as obrigações quanto a limites, valores e condições eventualmente definidas em normas específicas;

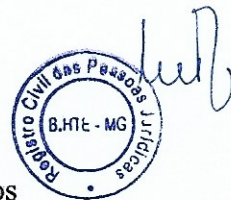
**IV** - prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos, nos termos da regulamentação aplicável para cada tipo de recurso ou bem recebido.

**§1º** - Os documentos que comprovem a origem e o registro de recursos e receitas, a aplicação de recursos e a efetivação de despesas da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO, bem como os relativos a atos ou a operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial, deverão ser conservados em boa ordem, pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos, contados da data de sua emissão.

**§2º** - Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, a ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO deverá ainda observar os casos específicos nos quais a legislação preveja período de guarda de documentos superior a 10 (dez) anos.

**§3º** - Quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pelo inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar 123/06, as demonstrações contábeis e financeiras devem ser obrigatoriamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

**Art. 29** - O controle interno será constante, permitindo ao interessado o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição do



patrimônio, a determinação dos custos das atividades e interpretação dos resultados econômicos e financeiros.

## **CAPÍTULO V – DO PATRIMÔNIO, RENDIMENTOS E SUA APLICAÇÃO**

**Art. 30** - Os recursos e o patrimônio da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO serão oriundos de contribuições, doações, patrocínios, prestação de serviços, contratações, locações, taxas de administração e/ou captação, exploração de espaços com ou sem serviços acessórios (como estacionamento, fornecimento de alimentação e outros), realização e promoção de eventos, seminários e similares, produção e/ou comercialização de objetos elaborados por unidades produtivas vinculadas e/ou parceiras, alienações, inclusive de publicações, edições, filmes, discos, gravações, músicas, vídeos e outros bens, royalties, legados e direitos a ele transferidos por pessoas físicas ou jurídicas públicas ou privadas, aplicações financeiras ou rendimentos produzidos pelo patrimônio por qualquer forma, convênios, comodatos, editais, projetos, termos de fomento/colaboração, auxílios ou subvenções federais, estaduais e municipais, recursos obtidos direta ou indiretamente pelo exercício das atividades previstas neste Estatuto Social e outras rendas eventuais.

**Parágrafo único** - Todos os bens, rendas, recursos, subvenções, auxílios, doações e eventuais resultados operacionais/superávit serão integral e obrigatoriamente aplicados na manutenção e no desenvolvimento dos objetivos sociais/institucionais aos quais a entidade estiver vinculada, no território nacional.

## **CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 31** - A ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO é constituída por prazo indeterminado, competindo à Assembleia Geral decidir por sua extinção, nos termos deste Estatuto Social.

**§1º** – A proposta de extinção da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO somente poderá ser deliberada em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim, instalada em primeira chamada com quórum mínimo de maioria simples dos associados, ou com qualquer número, em segunda chamada, meia hora depois.



§2º – A extinção da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO deverá ser aprovada por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos associados presentes com direito a voto, em reunião especialmente convocada para este fim.

§3º – No caso de dissolução, extinção, incorporação, fusão, cisão ou de encerramento das atividades da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO, o eventual patrimônio remanescente deve ser destinado a entidades beneficentes certificadas.

§4º - No caso de celebração de termo de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação, a entidade indicada no parágrafo anterior deverá ser pessoa jurídica de igual natureza, que preencha os requisitos da Lei Federal nº 13.019/14 ou outra que vier a substituí-la, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta.

**Art. 32** - O exercício social terá início no dia 1º (primeiro) de janeiro e terminará no dia 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano civil.

**Parágrafo único** – Ao final de cada exercício social, a Diretoria Executiva elaborará, com base na escrituração contábil da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO, o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício.

**Art. 33** – O presente Estatuto Social somente poderá ser alterado em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim, instalada em primeira chamada com quórum mínimo de maioria simples dos associados, ou com qualquer número, em segunda chamada, meia hora depois.

**Parágrafo único** - As alterações no Estatuto Social indicadas no *caput* serão tomadas pela maioria simples dos presentes.

**Art. 34** – A eventual transferência do patrimônio líquido a entidades públicas, no caso de perda de título ou extinção da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO, deverá observar a proporção dos recursos alocados por cada entidade pública.

**Art. 35** – Caso a ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO venha a celebrar termo de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação, nos termos da Lei Federal nº 13.019/14, ou outra que vier a substituí-la, deverão ser observadas as seguintes regras:

I - no caso de dissolução da entidade, o seu respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei



Federal nº 13.019/14, ou outra que vier a substituí-la, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO;

II - será vedado que a entidade tenha como dirigente algum membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental com a qual será celebrado o termo de colaboração ou de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

**Art. 36** - O presente estatuto foi aprovado em Assembleia Geral em 01/07/2022.

**Art. 37** - Os casos omissos ou duvidosos serão resolvidos pela Diretoria Executiva, sendo cabível recurso à Assembleia Geral.

Belo Horizonte, 01/07/2022.

DocuSigned by:  
**Paulo Emílio de Castro Andrade**  
 E41E659B8AD944C  
**Diretor Presidente**  
**Paulo Emílio de Castro Andrade**

Visto para fins de atendimento ao Art. 1º, II, §2º da Lei 8.906/94:

**Renato Dolabella Melo**  
**OAB/MG 100.755**

**RCPJBH** Registro Civil das Pessoas Jurídicas  
 Av. Afonso Pena, 732 - 2º Andar - BH / MG - Tel.: (31) 3224-3878 | (31) 3224-3003  
 www.rcpbh.com.br - sac@rcpbh.com.br

**ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO**

**AVERBADO(A)** sob o nº 9, no registro 142863, no Livro A, em 03/11/2022

Belo Horizonte, 03/11/2022

Emol: (6418-8) R\$ 133.32 TFJ: R\$ 48.06 Rec: R\$ 8.00 Iss: 6.67 - Total: R\$ 196.04  
 Emol: (8101-8) R\$ 150.86 TFJ: R\$ 50.16 Rec: R\$ 9.12 Iss: 7.60 - Total: R\$ 217.74

( ) José Nadi Néri - Oficial (x) Ana Paula Néri Silveira - Escrevente Substituta  
 Escreventes: ( ) Anibal Skackauskas Dias Da Silva ( ) Eden Silva Pinto De Carvalho

**RCPJBH** Registro Civil das Pessoas Jurídicas  
 Av. Afonso Pena, 732 - 2º Andar - BH / MG - Tel.: (31) 3224-3878 | (31) 3224-3003  
 www.rcpbh.com.br - sac@rcpbh.com.br

**ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO**

**AVERBAÇÃO** nº 9, no registro 142863, no Livro A, Examinada, Conferida e qualificada.

Belo Horizonte, 03/11/2022

Emol: (6601-9) R\$ 21.87 TFJ: R\$ 6.70 Rec: R\$ 1.31 Iss: 1.09 - Total: R\$ 30.97

( ) José Nadi Néri - Oficial (x) Ana Paula Néri Silveira - Escrevente Substituta  
 Escreventes: ( ) Anibal Skackauskas Dias Da Silva ( ) Eden Silva Pinto De Carvalho

**PODER JUDICIÁRIO - TJMG**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**  
 Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte - MG

Selo Eletrônico Nº **GEC48620**  
 Cód. Seg.: **1805.3086.7426.1200**  
 Quantidade de Atos Praticados: **00020**



Atos(s) Praticado(s) por: **José Nadi Néri - Oficial**  
 Emol: R\$ 301.30 TFJ: R\$ 98.21 Total: R\$ 399.51 ISS: R\$ 14.27  
 Consulta a validade deste Selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>

**PODER JUDICIÁRIO - TJMG**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**  
 Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte - MG

Selo Eletrônico Nº **GEC48640**  
 Cód. Seg.: **7702.5099.6118.0822**  
 Quantidade de Atos Praticados: **00001**



Atos(s) Praticado(s) por: **Ana Paula Neri - Auxiliar**  
 Emol: R\$ 23.18 TFJ: R\$ 6.70 Total: R\$ 29.88 ISS: R\$ 1.09  
 Consulta a validade deste Selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>

REGISTRO	ASSOCIACAO INSTITUTO IUNGO	LIVRO A
142863	CNPJ 36.566.500/0001-32	
AV. 5	<p>Edital de convocação datado de 24/01/2022, para a Assembleia Geral Ordinária do dia 03/02/2022. Dou fé. Belo Horizonte, 11 de Marco de 2022.</p> <p>(a) Ana Paula Neri Silveira - Prot. 639391 - (6101-0) - (1 Ato Praticado) - Emol: R\$133.32 TFJ: R\$48.05 Rec: R\$8.00 Total: R\$196.04 // (8101-8) - Quantidade de Arquivamentos: 1 - Emol: R\$8.42 TFJ: R\$2.64 Rec: R\$0.48 Total: R\$11.06 // (6601-9) - (1 Ato Praticado) - Emol: R\$21.87 TFJ: R\$6.70 Rec: R\$1.31 Total: R\$29.88 - Selo Consulta: FML40328 Cod. Segurança: 4637.3090.1533.5721</p>	
AV. 6	<p>Ata da Assembleia Geral Extraordinária do dia 01/07/2022, em que dentre outros assuntos tratados, aprovaram por unanimidade a alteração do Estatuto a seguir averbado. E que também foram aprovadas por unanimidade as renúncias da Sra. Maria Fernanda Nazareth Menin Teixeira de Souza Maia ao cargo de Diretora Presidente e do Sr. Paulo Emílio de Castro Andrade ao cargo de Diretor. Em seguida houve a eleição da nova Diretoria e foram eleitos por unanimidade o Sr. Paulo Emílio de Castro Andrade, para ocupar o cargo de Diretor Presidente, e a Sra. Joana de Andrade Pinto Rennó para ocupar o cargo de Diretora, sendo imediatamente empossados com mandato de 02 (dois) anos, tendo início no dia 01/07/2022 e término do dia 30/06/2024. Também foram eleitos por unanimidade para ocupar os cargos de Conselheiros do Conselho Deliberativo, a saber: Maria Fernanda Nazareth Menin Teixeira de Souza; Ana Cristina Daniel da Silva Maia e demais membros conforme constam da ata. Dou fé. Belo Horizonte, 03 de Novembro de 2022. (a) Ana Paula Neri Silveira - Prot. 652213 - (6406-3) - (1 Ato Praticado) - Emol: R\$133.32 TFJ: R\$48.05 Rec: R\$8.00 Total: R\$196.04 // (8101-8) - Quantidade de Arquivamentos: 8 - Emol: R\$67.36 TFJ: R\$21.12 Rec: R\$3.84 Total: R\$88.48 // (6601-9) - (1 Ato Praticado) - Emol: R\$21.87 TFJ: R\$6.70 Rec: R\$1.31 Total: R\$29.88 - Selo Consulta: GEC48601 Cod. Segurança: 8218.3660.1237.2830</p>	
AV. 7	<p>Edital de Convocação datado de 15/06/2022, para a Assembleia Geral Extraordinária do dia 01/07/2022. Dou fé. Belo Horizonte, 03 de Novembro de 2022. (a) Ana Paula Neri Silveira - Prot. 652213 - (6101-0) - (1 Ato Praticado) - Emol: R\$133.32 TFJ: R\$48.05 Rec: R\$8.00 Total: R\$196.04 // (8101-8) - Quantidade de Arquivamentos: 1 - Emol: R\$8.42 TFJ: R\$2.64 Rec: R\$0.48 Total: R\$11.06 // (6601-9) - (1 Ato Praticado) - Emol: R\$21.87 TFJ: R\$6.70 Rec: R\$1.31 Total: R\$29.88 - Selo Consulta: GEC48612 Cod. Segurança: 1097.8344.1551.7434</p>	
AV. 8	<p>Lista de Presença da Assembleia Geral Extraordinária do dia 01/07/2022. Dou fé. Belo Horizonte, 03 de Novembro de 2022. (a) Ana Paula Neri Silveira - Prot. 652213 - (6101-0) - (1 Ato Praticado) - Emol: R\$133.32 TFJ: R\$48.05 Rec: R\$8.00 Total: R\$196.04 // (8101-8) - Quantidade de Arquivamentos: 1 - Emol: R\$8.42 TFJ: R\$2.64 Rec: R\$0.48 Total: R\$11.06 // (6601-9) - (1 Ato Praticado) - Emol: R\$21.87 TFJ: R\$6.70 Rec: R\$1.31 Total: R\$29.88 - Selo Consulta: GEC48616 Cod. Segurança: 1325.5341.5835.4298</p>	
AV. 9	<p>ESTATUTO REFORMADO DA "ASSOCIACAO INSTITUTO IUNGO", aprovado pela</p>	

REGISTRO	ASSOCIACAO INSTITUTO IUNGO	LIVRO A
142863	CNPJ 36.566.500/0001-32	
	<p>Assembleia Geral Extraordinária do dia 01/07/2022. Dou fé. Belo Horizonte, 03 de Novembro de 2022. (a) Ana Paula Neri Silveira - Prot. 652213 - (6418-8) - (1 Ato Praticado) - Emol: R\$133.32 TFJ: R\$48.05 Rec: R\$8.00 Total: R\$196.04 // (8101-8) - Quantidade de Arquivamentos: 19 - Emol: R\$159.98 TFJ: R\$50.16 Rec: R\$9.12 Total: R\$210.14 // (6601-9) - (1 Ato Praticado) - Emol: R\$21.87 TFJ: R\$6.70 Rec: R\$1.31 Total: R\$29.88 - Selo Consulta: GEC48620 Cod. Segurança: 1805.3086.7426.1200</p>	

A presente certidão foi extraída em 03/11/2022

Belo Horizonte, 03/11/2022

Emol: (6501-1) R\$ 23.68 TFJ: R\$ 8.83 Rec: R\$ 1.41 Iss: 1.18 - Total: R\$ 35.00

Emol: (6502-9) R\$ 1.66 TFJ: R\$ 0.36 Rec: R\$ 0.10 Iss: 0.08 - Total: R\$ 2.19

Escreventes: ( ) José Nadi Neri - Oficial (x) Ana Paula Neri Silveira - Escrevente Substituta  
( ) Anibal Stackauskas Dias Da Silva ( ) Eden Silva Pinto De Carvalho



PODER JUDICIÁRIO - TJMG  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte - MG

Selo Eletrônico Nº GEC48599  
Cód. Seg.: 5471.4326.2101.5639

Quantidade de Atos Praticados: 00002

Ato(s) Praticado(s) por: Ana Paula Neri - Auxiliar

Emol: R\$ 26.75 TFJ: R\$ 9.18 Total: R\$ 35.93 ISS: R\$ 1.26

Consulta a validade deste Selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>

